

ESP-COORD. DE ADMINISTRAÇÃO - POLÍCIA PENAL

Termo de Referência 99/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

99/2026

Editado por

Atualizado em

933027-ESP-COORD. DE ADMINISTRAÇÃO - POLÍCIA PENAL PAULO LUIZ CORREA JUNIOR 02/10/2026 16:15 (v 0.5)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC

Número da Contratação

241/2026

Processo Administrativo

006.00344592/2026-57

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de desktops novos, de primeiro uso, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM DESCRITIVO

CATSER

QUANTIDADE VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL

1. Aquisição de estações de trabalho (desktops), compreendendo equipamentos de computação de pequeno porte (Mini PC ou Small Form Factor)

2.1. Do Desktop (Mini PC ou Small Form Factor - SFF)

2.1.1. Processador:

- a) Possuir no mínimo 10 (dez) núcleos reais (cores) e 16 (dezesseis) threads;
- b) Índice mínimo de 21.000 (vinte e um mil) pontos no benchmark Passmark CPU Mark (sem overclock), conforme base de dados disponível em <http://www.cpubenchmark.net>;
- c) Memória cache de 24 MB ou superior;

2.1.2. Memória e Armazenamento:

- a) Memória RAM: Mínimo de 16 GB, tecnologia DDR5, frequência de 4800 MHz ou superior;
- b) Armazenamento: SSD com capacidade mínima de 256 GB, interface PCIe NVMe M.2 ou superior.

2.1.3. Placa Mãe, Vídeo e

Conectividade:

- a) Suporte nativo a ACPI (Advanced Configuration and

- Power Interface);
- b) Controladora de discos com suporte a SSD NVMe;
- c) Saídas de vídeo nativas: Obrigatório possuir portas HDMI e DisplayPort (não será aceito o uso de conectores, adaptadores ou conversores passivos/ativos);
- d) Suporte a resolução gráfica mínima de 1920x1080p, compatível com DirectX 12 e OpenGL 4.5 ou superior;
- e) Interface de rede cabeada: Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps);

g) Interface Bluetooth versão 5.0 ou superior.

2.1.4. Portas e Periféricos

Inclusos:

- a) Portas USB: Mínimo de 6 (seis) portas USB tradicionais (Type-A), sendo no mínimo 01 (uma) porta USB-C;

2.1.5. Gabinete e Fonte de Alimentação:

- a) Gabinete: Fator de forma Mini PC ou Small Form Factor (SFF);
- b) Fonte: Externa, com seleção automática de tensão e eficiência mínima de 88%.

2.1.6. Sistema Operacional:

- a) Windows 11 Pro 64 bits, licenciado na modalidade OEM, pré instalado e ativado.

3. REQUISITOS DE SEGURANÇA, BIOS E GERENCIAMENTO

3.1. BIOS/UEFI:

- a) Permitir configuração da ordem de boot;
- b) Possuir recurso de atribuição de senha para limitar o acesso e alterações nas configurações da BIOS/UEFI;
- c) Possuir recurso de atribuição de senha para limitar/bloquear a inicialização (Power-On Password) do equipamento.

3.2. Gerenciamento: Aderência e compatibilidade com os padrões CIM (Common Information Model), DASH (Desktop and Mobile Architecture for System Hardware) e SMBIOS (System Management BIOS), definidos pelo DMTF (Desktop Management Task Force).

4 . REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS, CERTIFICAÇÕES E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

4.1. Certificações Ambientais e de Segurança:

- a) EPEAT e RoHS: Possuir certificação EPEAT (comprovada via www.epeat.net) e conformidade

1

com a diretiva RoHS (Restriction of the Use of Certain Hazardous Substances) ou certificação equivalente; b) Segurança Física e Eletromagnética: Possuir contabiliza 460036 compras 5823277	Compras 460036 BEC 5823277	115	7.395,25	850.454,13
115 11.273,33 1.296.433,33 certificação IEC 60950 e 61000 e /ou atendimento à Portaria INMETRO nº 170/2012 (ou normas posteriores que a substituam); c) Gestão Ambiental: Comprovação, por parte do fabricante, de atendimento à Certificação Ambiental ISO 14001 ou ABNT NBR ISO 14001 (ou equivalente); d) Eficiência Energética: Certificação 80 PLUS em qualquer nível (White, Bronze, Silver, Gold, Platinum ou Titanium), garantindo eficiência mínima de 80% sob carga nominal de 50%. Preferencialmente possuir certificação Energy Star. 4.2. Compatibilidade de Sistemas: a) Compatibilidade oficial com o Microsoft Windows 11 Pro, comprovada mediante presença na lista Windows Compatible Products List (mantida pela Microsoft) ou documento oficial do fabricante. contabiliza 460036 compras 5823277 115 5.413,08 622.504,20 4.3. Eficiência Elétrica: a) Fonte de alimentação com entrada AC 100–240 V, 50/60 Hz, com seleção automática de tensão; b) Conformidade com a Portaria INMETRO nº 304, de 6 de novembro de 2023 (ou norma superveniente), relativa à eficiência energética de fontes de alimentação. 4.4. Sustentabilidade e Logística Reversa: a) Os equipamentos e insumos deverão estar em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e legislações estaduais aplicáveis (Lei Estadual nº 14.236/2010, Decreto nº 38.483 /2012 e Lei nº 17.405/2021); b) A contratada deverá garantir a destinação ambientalmente adequada (logística reversa, arts. 31 a 33 da Lei 12.305/2010) de embalagens, componentes descartados e equipamentos em fim de vida útil; c) Priorização de materiais recicláveis, atóxicos e				

biodegradáveis, em consonância com o Decreto Estadual nº 42.066 /2015;

d) Os equipamentos não poderão conter substâncias perigosas (Mercúrio, Chumbo, Cádmio, Cromo hexavalente, PBBs e PBDEs) em concentrações superiores aos limites da diretiva RoHS.

5. GARANTIA, SUPORTE E ATUALIZAÇÕES

5.1. A contratada deverá prover suporte técnico contínuo, garantindo a disponibilidade de drivers, firmwares e patches de segurança regulares para os equipamentos ofertados, pelo período mínimo de vigência da garantia.

5.2. A garantia mínima dos equipamentos será de 36 (trinta e seis) meses, cobrindo defeitos de fabricação, peças e mão de obra, com atendimento on-site

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E COMPROVAÇÃO TÉCNICA

7.1. Para fins de habilitação técnica e julgamento, as licitantes deverão apresentar catálogos técnicos, datasheets do fabricante ou links Descrição.

7.2. A comprovação do índice de desempenho do processador (Passmark) deverá ser feita mediante apresentação de print ou link da página oficial do PassMark Software na data de publicação do edital, ou documento do fabricante que ateste o modelo e sua pontuação.

7.3. A certificação EPEAT deverá ser comprovada mediante link direto para o registro do produto no site oficial www.epeat.net.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar item 06, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir, no mínimo, a especificação técnica conforme ETP, estar em linha de produção, ser novos, sem uso anterior, não recondicionados, não remanufaturados, acompanhados dos respectivos acessórios, licenças, manuais, drivers, cabos e demais componentes necessários ao seu pleno funcionamento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Fornecimento de desktops novos, de primeiro uso, preferencialmente com registros ambientais reconhecidos, Rótulo Ecológico ABNT ou certificação equivalente, desde que compatível com o objeto e com as exigências deste Termo de Referência.

4.1.2. Utilização de equipamentos com baixo consumo de energia, modo de economia/stand-by, fonte com ajuste automático de tensão e embalagens recicláveis ou reutilizáveis sempre que possível, observadas as práticas de sustentabilidade, acondicionamento adequado e destinação ambiental dos resíduos decorrentes da entrega.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 48 horas, 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação formal da Administração.

5.9.1. O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.

5.10. O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese da subdivisão acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.15. Aquisição de estações de trabalho (desktops), compreendendo equipamentos de computação de pequeno porte (Mini PC ou Small Form Factor), engloba:

5.15.1. Do Desktop (Mini PC ou Small Form Factor - SFF)

5.15.1.1. Processador:

- a) Possuir no mínimo 10 (dez) núcleos reais (cores) e 16 (dezesesseis) threads;
- b) Índice mínimo de 21.000 (vinte e um mil) pontos no benchmark Passmark CPU Mark (sem overclock), conforme base de dados disponível em <http://www.cpubenchmark.net>;
- c) Memória cache de 24 MB ou superior;

5.15.1.2. Memória e Armazenamento:

- a) Memória RAM: Mínimo de 16 GB, tecnologia DDR5, frequência de 4800 MHz ou superior; b) Armazenamento: SSD com capacidade mínima de 256 GB, interface PCIe NVMe M.2 ou superior.

5.15.1.3. Placa Mãe, Vídeo e Conectividade:

- a) Suporte nativo a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface);
- b) Controladora de discos com suporte a SSD NVMe;
- c) Saídas de vídeo nativas: Obrigatório possuir portas HDMI e DisplayPort (não será aceito o uso de conectores, adaptadores ou conversores passivos/ativos);
- d) Suporte a resolução gráfica mínima de 1920x1080p, compatível com DirectX 12 e OpenGL 4.5 ou superior;
- e) Interface de rede cabeada: Gigabit Ethernet (10/100/1000Mbps);
- f) Interface Bluetooth versão 5.0 ou superior.

5.15.1.4. Portas e Periféricos Inclusos:

- a) Portas USB: Mínimo de 6 (seis) portas USB tradicionais (Type-A), sendo no mínimo 01 (uma) porta USB-C.

5.15.1.5. Gabinete e Fonte de Alimentação:

- a) Gabinete: Fator de forma Mini PC ou Small Form Factor (SFF); b) Fonte: Externa, com seleção automática de tensão e eficiência mínima de 88%.

5.15.1.6. Sistema Operacional:

- a) Windows 11 Pro 64 bits, licenciado na modalidade OEM, pré-instalado e ativado.

5.15.2. REQUISITOS DE SEGURANÇA, BIOS E GERENCIAMENTO

5.15.2.1. BIOS/UEFI:

- a) Permitir configuração da ordem de boot; b) Possuir recurso de atribuição de senha para limitar o acesso e alterações nas configurações da BIOS/UEFI; c) Possuir recurso de atribuição de senha para limitar/bloquear a inicialização (Power-On Password) do equipamento.

5.15.2.2. Gerenciamento:

Aderência e compatibilidade com os padrões CIM (Common Information Model), DASH (Desktop and Mobile architecture for System Hardware) e SMBIOS (System Management BIOS), definidos pelo DMTF (Desktop Management Task Force).

5.15.3. REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS, CERTIFICAÇÕES E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

5.15.3.1. Certificações Ambientais e de Segurança:

- a) EPEAT e RoHS: Possuir certificação EPEAT (comprovada via www.epeat.net) e conformidade com a diretiva RoHS (Restriction of the Use of Certain Hazardous Substances) ou certificação equivalente;
- b) Segurança Física e Eletromagnética: Possuir certificação IEC 60950 e 61000 e/ou atendimento à Portaria INMETRO nº 170/2012 (ou normas posteriores que a substituam);
- c) Gestão Ambiental: Comprovação, por parte do fabricante, de atendimento à Certificação Ambiental ISO 14001 ou ABNT NBR ISO 14001 (ou equivalente);
- d) Eficiência Energética: Certificação 80 PLUS em qualquer nível (White, Bronze, Silver, Gold, Platinum ou Titanium), garantindo eficiência mínima de 80% sob carga nominal de 50%. Preferencialmente possuir certificação Energy Star.

5.15.3.2. Compatibilidade de Sistemas:

- a) Compatibilidade oficial com o Microsoft Windows 11 Pro, comprovada mediante presença na lista Windows Compatible Products List (mantida pela Microsoft) ou documento oficial do fabricante.

5.15.3.3. Eficiência Elétrica:

- a) Fonte de alimentação com entrada AC 100–240 V, 50/60 Hz, com seleção automática de tensão; b) Conformidade com a Portaria INMETRO nº 304, de 6 de novembro de 2023 (ou norma superveniente), relativa à eficiência energética de fontes de alimentação.

5.15.3.4. Sustentabilidade e Logística Reversa:

- a) Os equipamentos e insumos deverão estar em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e legislações estaduais aplicáveis (Lei Estadual nº 14.236/2010, Decreto nº 38.483/2012 e Lei nº 17.405/2021);
- b) A contratada deverá garantir a destinação ambientalmente adequada (logística reversa, arts. 31 a 33 da Lei 12.305 /2010) de embalagens, componentes descartados e equipamentos em fim de vida útil;
- c) Priorização de materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis, em consonância com o Decreto Estadual nº 42.066 /2015;
- d) Os equipamentos não poderão conter substâncias perigosas (Mercúrio, Chumbo, Cádmio, Cromo hexavalente, PBBs e PBDEs) em concentrações superiores aos limites da diretiva RoHS.

5.15.4. GARANTIA, SUPORTE E ATUALIZAÇÕES

- 5.15.4.1.** A contratada deverá prover suporte técnico contínuo, garantindo a disponibilidade de drivers, firmwares e patches de segurança regulares para os equipamentos ofertados, pelo período mínimo de vigência da garantia.

- 5.15.4.2.** A garantia mínima dos equipamentos será de 36 (trinta e seis) meses, cobrindo defeitos de fabricação, peças e mão de obra, com atendimento on-site.

5.15.5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E COMPROVAÇÃO TÉCNICA

- 5.15.5.1.** Para fins de habilitação técnica e julgamento, as licitantes deverão apresentar catálogos técnicos, datasheets do fabricante ou links de descrição.

- 5.15.5.2.** A comprovação do índice de desempenho do processador (Passmark) deverá ser feita mediante apresentação de print ou link da página oficial do PassMark Software na data de publicação do edital, ou documento do fabricante que ateste o modelo e sua pontuação.

- 5.15.5.3.** A certificação EPEAT deverá ser comprovada mediante link direto para o registro do produto no site oficial www.epeat.net.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. Verificar a conformidade dos microcomputadores entregues com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência e com a proposta aceita;

6.9.2. Conferir quantitativo, modelo ofertado, número de série, acessórios, cabos, documentação técnica e condições de garantia;

6.9.3. Registrar eventuais divergências, avarias, ausência de componentes ou incompatibilidades identificadas no recebimento;

6.9.4. Acompanhar o atendimento das solicitações de garantia e manutenção corretiva durante o prazo contratual de garantia.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias , a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega de 60 dias após assinatura do contrato.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.25. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a Contrato(s) executado(s) com a(s) característica(s) mínima(s):

8.25.1. 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida.

8.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.25.4. Quanto à capacitação técnico-profissional: O licitante deverá indicar responsável técnico apto para o gerenciamento do fornecimento, mediante a apresentação de atestado de responsabilidade por fornecimento ou suporte de bens de informática de características semelhantes ao objeto desta licitação. A comprovação do vínculo com o profissional técnico observará rigorosamente o teor da Súmula nº 25 do TCESP, sendo admitida a indicação de profissionais autônomos por meio de contrato de prestação de serviços ou declaração de disponibilidade.

8.26. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Contrato que deu suporte À contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.27. Tratando-se de consórcio:

8.27.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos

consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.27.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.28. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.28.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 850.454.13 (Oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais, e treze centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 380285

II) Fonte de Recursos: 175930057

III) Programa de Trabalho: 14421381561460000

IV) Elemento de Despesa: 449052

V) Plano Interno: 0100

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VERA LUCIA DOS SANTOS SALIN

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/10/2026 às 16:15:08.

MAURICIO DE PAULA ESPIRITO SANTO

chefe de divisão



Assinou eletronicamente em 02/10/2026 às 16:08:58.